



PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE JORDÃO – ACRE
SRP nº. 004/2025

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Jordão – Acre

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento e distribuição de alimentos, compreendendo café da manhã, refeição tipo quentinha comercial e coffee break (matutino e vespertino), destinados a atender às necessidades das secretarias municipais de Jordão.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 789.502,67 (setecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e dois reais e sessenta sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

DIA 22/01/2026 ÀS 09h 00min (HORÁRIO DO ACRE)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, alínea “a”, combinado com o art. 33, inciso II, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

AMPARO LEGAL:

Lei Federal nº 14.133/2021.

LOCAL DE ABERTURA:

Sala da câmara municipal do Município de Jordão/AC, com endereço na Rua Francisco Djalma, s/n, Centro, Jordão/AC

EDITAL COM INVERSÃO DE FASES:

SIM

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



EDITAL DE LICITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento e distribuição de alimentos, compreendendo café da manhã, refeição tipo quentinha comercial e coffee break (matutino e vespertino), destinados a atender às necessidades das secretarias municipais de Jordão.

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 004/2025

ÍNDICE

ITEM ASSUNTO

1. DO ÓRGÃO QUE AUTORIZA ESTA LICITAÇÃO
2. DO OBJETO
3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4. DAS ENTREGAS E DO LOCAL DE RECEBIMENTO
5. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7. DAS PESSOAS IMPEDIDAS DE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO
8. DO CREDENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO
9. DA ENTREGA DOS ENVELOPES DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
10. DA PROPOSTA DE PREÇOS
11. DO EXAME DAS PROPOSTAS
12. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
13. HABILITAÇÃO
14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
15. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
16. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS PRODUTOS
17. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

18. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA
19. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CONTRATANTE
20. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS
21. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR
22. DO PAGAMENTO
23. DAS CONDIÇÕES E CONTRATAÇÃO
24. DA SUBCONTRATAÇÃO
25. DOS RECURSOS
26. DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA
27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
28. DO PADRÃO ÉTICO NO PROCESSO LICITATÓRIO

ANEXOS:

- I - Termo de Referência;
- II- Estudo Técnico Preliminar;
- III - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- IV - Encarte I a Ata de Registro de Preços;
- V - Modelo de Proposta Comercial;
- VI - Modelo de Declaração que cumpre os requisitos do Edital;
- VII - Modelo de Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- VIII - Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos e Cumprimento do XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- IX - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Propostas;
- X - Modelo de Declaração de Idoneidade;
- XI - Minuta de Contrato.

Processo nº.: 051/2025

Modalidade e Tipo: **PREGÃO PRESENCIAL SRP nº. 004/2025 - MENOR PREÇO POR ITEM**

Data e horário da abertura da sessão: 22/01/2026 às 09h 00min.

Período de retirada do edital: 09/01/2026 à 22/01/2026.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

Endereço presencial: <http://app.tce.ac.gov.br/portaldaslicitacoes/> (site do Tribunal de Contas do Estado — TCE/AC - LICON) e e-mail: cpl@jordao.ac.gov.br;

Endereço físico: Av. Francisco Dias, s/n, centro, Jordão – Acre, CEP nº. 69.975-000, Prefeitura Municipal de Jordão.

DO PREÂMBULO

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA**, CNPJ (MF) nº. 30.700.452/0001-47, com sede na Av. Francisco Dias, S/N, Centro, Jordão – Acre, CEP nº. 69.975-000, neste ato apresentado pela Secretária Municipal Sr(a) MEIRE MARIA SÉRGIO DE MENEZES SILVA, **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ (MF) nº. 11.373.970/0001-59, com sede na Rua Ministro Ilmar Galvão, S/N, Centro, Jordão – Acre, CEP nº. 69.975-000, neste ato representado pela Secretária Municipal Sr. ANTÔNIA JARLENE BRITO SILVA, **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E INFRAESTRUTURA**, CNPJ (MF) nº. 84.306.497/0001-60, com sede na Av. Francisco Dias, S/N, Centro, Jordão – Acre, CEP nº. 69.975-000, neste ato apresentado pela Secretária Municipal Sr (a) ELECILDA RIBEIRO SOUZA, e **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**, CNPJ (MF) nº. 14.972.321/0001-62, com sede na Rua Francisco Djalma da Silva, S/N, Centro, Jordão – Acre, CEP nº. 69.975-000, neste ato apresentado pela Secretária Municipal Sr (a) MARIA IVANETE LOPES DA ROCHA, por meio do pregoeiro o Sr. Edilson da Silva Sampaio e Equipe de Apoio, designado pelo Decreto Municipal nº 02 de 07 de janeiro de 2025, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, para contratação do objeto especificado na seção II, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais das Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº. 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº. 123/06 e suas alterações, e a Lei nº. 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor, e, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos.



1. DO ÓRGÃO QUE AUTORIZA ESTA LICITAÇÃO:

- 1.1 Esta licitação foi regularmente solicitada pela Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura, Secretária Municipal de Saúde, Secretária Municipal de Administração, Obras e Infraestrutura e Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Cidadania, conforme consta no Processo Administrativo nº. 051/2025.

2. DO OBJETO:

- 2.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento e distribuição de alimentos, compreendendo café da manhã, refeição tipo quentinha comercial e coffee break (matutino e vespertino), destinados a atender às necessidades das secretarias municipais de Jordão.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 3.1 Por se tratar de Sistema de Registro de Preços - SRP, fica dispensada indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil nos termos do artigo 17 do Decreto nº 11.462/2023.

4. DAS ENTREGAS E DO LOCAL DE RECEBIMENTO:

- 4.1 As aquisições deverão ser entregues no local e nos prazos e condições indicados no ANEXO I – Termo de Referência.

5. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

- 5.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório deste PREGÃO em até 03 (dois) dias úteis, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, antes da data fixada para abertura da sessão pública.
- 5.2 Caberá ao pregoeiro, à divisão jurídica ou ao órgão solicitante para manifestação no prazo de até 03 dias úteis, nos termos do Art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

- 5.3 O esclarecimento ou a impugnação deverá ser encaminhada por escrito, mencionando o número deste PREGÃO e endereçada a autoridade superior do órgão indicado no item 1.1 e entregue sob protocolo no Departamento de Licitações, pelo e-mail: cpl@jordao.ac.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Prefeitura de Jordão, Avenida Francisco Dias, S/N, Centro CEP nº. 69.975-000, Jordão, Acre.
- 5.4 Não serão reconhecidos impugnações e/ou esclarecimentos, que não observem a prescrição do item 5.3.
- 5.5 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 5.6 As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 6.1 O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, de acordo com a minuta anexa a este Edital – na forma do anexo II e nas condições previstas neste edital.
- 6.2 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme disposto no art. 22 do Decreto 11.462/2023.
- 6.3 E demais condições indicadas no Anexo I – Termo de Referência.

7. DAS PESSOAS IMPEDIDAS DE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

- 7.1 Estará impedida de participar deste processo licitatório a pessoa que:
- a) Esteja sob decretação de falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;
 - b) Esteja com o direito de participar de licitações e contratações suspenso com a Administração Direta ou Indireta Municipal;
 - c) Tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

- d) Tenha agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;
- e) Não contenha no seu CONTRATO ou estatuto social finalidade ou objetivo compatível com o objeto deste PREGÃO;
- f) Seja empresa ou instituição vinculada ao Município de Jordão;
- g) Não poderão participar do certame servidores públicos vinculados à Prefeitura Municipal de Jordão, nos termos do art. 7º, III, da Lei nº 14.133/2021;
- h) Que esteja reunida em consórcio sob qualquer forma ou constituição;
- i) Constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União - CGU, constante no portal da internet www.portaltransparencia.gov.br/ceis.
- j) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- k) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- l) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8. DO CREDENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO:

- 8.1 Os representantes legais deverão fazer seu credenciamento no ato da abertura da sessão pública deste **PREGÃO**, devendo identificar-se, exibindo Cédula de Identidade ou documento equivalente, para em seguida fazer a entrega dos envelopes, conforme subitens abaixo.



- 8.2 **SÓCIO, PROPRIETÁRIO, DIRIGENTE OU ASSEMBLHADO:** deverá apresentar o **Estatuto ou Contrato Social** juntamente com a (s) alteração (ções) que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição.
- 8.3 **PROCURADOR:** o credenciamento deverá ser feito por meio de **Instrumento Público ou Particular de Mandato (procuração)**, com firma reconhecida em cartório, outorgando expressamente poderes para formular ofertas e lances de preços, emitir declaração, receber intimação, interpor recurso e renunciar à sua interposição, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Licitante.
- 8.4 A procuração por instrumento particular deverá ser entregue juntamente com o Contrato Social e suas alterações, ou com o Estatuto Social e a ata de eleição da Diretoria em exercício, para se estabelecer a competência da outorga.
- 8.5 A não apresentação ou incorreção nos documentos de credenciamento a que se refere este **item 8, não excluirão** o Licitante do certame, mas impedirão o seu representante de se manifestar e de responder pela empresa Licitante, de formular propostas e lances verbais, interpor recursos e de praticar qualquer outro ato inerente a este certame, salvo apresentar contrarrazões.
- 8.6 O representante legal ou procurador do Licitante poderá, a qualquer tempo, ser substituído por outro, desde que devidamente credenciado, devendo ser observada a restrição constante **do subitem 8.8**
- 8.7 Ainda na fase de credenciamento, os representantes legais ou agentes credenciados deverão ainda, apresentar declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação deste processo licitatório, conforme modelo Anexo V, fora do envelope que contém os documentos para o credenciamento.
- 8.7.1. Caso os representantes legais e/ou procuradores não tenham trazido a declaração do Anexo V, poderão firmá-la conforme modelo, até o momento de abertura dos envelopes de proposta de preços.
- 8.7.2. Para o licitante que for participar do processo licitatório através de remessa postal, deve apresentar esta Declaração em envelope separado, identificando-o da seguinte forma:



ENVELOPE Nº 3

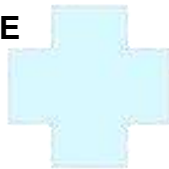
DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 004/2025

NOME COMPLETO DA LICITANTE

CNPJ:

ENDEREÇO E TELEFONE:



- 8.8 Não será admitida a participação de um mesmo representante legal e/ou procurador para mais de uma empresa licitante, para disputar o mesmo item ou lote.
- 8.9 Para o exercício do direito de preferência de que trata a Lei Complementar 123/06, a microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar, alternativamente, nesta fase de credenciamento:
- a. Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme modelo no Anexo VI, ou
 - b. Documento de pesquisa de que é optante do Simples Nacional, obtido no portal da Receita Federal no endereço: www.receita.fazenda.gov.br, ou
 - c. Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos do Art. 8º da Instrução Normativa nº. 103 de 30 de abril de 2007, do Diretor do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, que não tem prazo de vencimento, ou
 - d. Qualquer outro registro de cadastro oficial.

9. DA ENTREGA DOS ENVELOPES DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

- 9.1 No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, cada Licitante entregará ao Pregoeiro e seus auxiliares, na sessão pública os seguintes documentos:
- a. Documentos relacionados no item anterior de Credenciamento e Representação, conforme situação individual de cada licitante, junto com a Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme o subitem 8.7;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

- b. 1 (um) envelope contendo a **proposta de preços (ENVELOPE Nº 1)**;
- c. 1 (um) envelope contendo os documentos de **habilitação (ENVELOPE Nº 2)**;
- d. 1 (um) envelopes contendo o documento de credenciamento (Anexo V - Declaração que cumpre os requisitos do edital), **(ENVELOPE Nº. 3), para os casos em que o licitante participe do processo licitatório através de remessa postal.**

- 9.2 Não será admitido o encaminhamento de propostas de preços ou documentação de habilitação via fax ou por outro meio eletrônico.
- 9.3 Após o início da abertura dos envelopes não serão aceitas, juntada ou substituição de quaisquer documentos que alterem a substância da proposta.
- 9.4 A entrega dos envelopes não conferirá aos Licitantes qualquer direito em face da licitação, observadas as prescrições da legislação específica.
- 9.5 Os envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação deverão conter, obrigatoriamente, o disposto nos subitens que se seguem.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS:

- 10.1 O envelope da proposta deverá conter, em sua parte externa, a seguinte identificação:

ENVELOPE Nº 1
PROPOSTAS DE PREÇOS
À PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 004/2025
NOME COMPLETO DA LICITANTE:
CNPJ/CPF:
E-MAIL:
ENDEREÇO E TELEFONE:

- 10.2 A proposta de preço deverá ser grafada em moeda corrente nacional, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, numericamente em seus itens individuais e numericamente e por extenso em seu valor total e apresentada em língua portuguesa,



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

datilografada ou impressa por qualquer meio eletrônico em 1 (uma) via, em papel timbrado do Licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo as especificações do objeto a que se refere esta licitação, devendo ainda ser numerada, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, por seu representante legal ou procurador, com poderes para o exercício da representação, na forma do item 8, deste Edital.

- 10.3 Os licitantes poderão cotar um ou mais objetos descritos no Termo de Referência - Anexo I, conforme modelo de proposta constante do Anexo IV.
- 10.4 A proposta de preços deverá conter o nome e o endereço completos do Licitante, seus números de telefone e de fax, bem como seu endereço eletrônico (e-mail), para fins de eventuais contatos, e fazer referência como indicado para o endereçamento do envelope acima citado mencionando a modalidade **Pregão Presencial SRP nº. 004/2025**.
- 10.5 A proposta será acompanhada da **Declaração de Elaboração Independente de Propostas – Anexo VIII**. Esta declaração pode ser apresentada até o momento anterior ao início da fase de lances, sob pena de desclassificação da proposta.
- 10.6 **As empresas participantes do processo licitatório deverão indicar na proposta de preços marca dos materiais cotados, sob pena de desclassificação.**
- 10.7 Os preços deverão ser cotados de forma unitária e total dos produtos, já incluídos os tributos, encargos, fretes, seguros e demais ônus, sendo que o vencedor será aquele licitante que ofertar o menor preço unitário, **com somente duas casas decimais após a vírgula**, conforme características solicitadas do objeto.
- 10.8 A proposta de preço deverá consignar expressamente o Preço Unitário e Total (em valor numérico) do objeto licitado, incluindo todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições parafiscais), assim como o prazo mínimo da proposta estabelecido neste edital, além de quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação, descrito no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, e totalizado conforme **ANEXO IV – MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL**.
- 10.9 Quaisquer custos diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

- 10.10 A proposta deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou quaisquer condições ou vantagens que induzam o julgamento.
- 10.11 Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta, prevalecerá o valor por extenso, ou divergência entre o valor unitário e o valor total, será considerado o valor unitário.
- 10.12 **O prazo mínimo de validade das propostas de preços será de 90 (noventa) dias,** a contar da data de sua apresentação. Caso não conste o prazo na proposta, esta será considerada válida pelo referido período.
- 10.13 E demais exigências indicadas no Anexo I – Termo de Referência.

11. DO EXAME DAS PROPOSTAS:

- 11.1. Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com o preço dos bens no mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
- 11.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;
- 11.3. Serão desclassificadas as Propostas com valor global/unitário superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos bens são coerentes com os de mercado.
- 11.4. Para os efeitos do disposto no item 11.3, consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço, as propostas cujos valores sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do preço médio orçado pela administração.
- 11.5. O critério definido no item 11.4, conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, através de diligência, em conformidade com o ACÓRDÃO TCU nº. 963/2024 - Plenário.



12. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO:

- 12.1 No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, antes do início da sessão, os Licitantes devem comprovar, por instrumento próprio, poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame, entre eles, formulação de ofertas e lances verbais, conforme prevê o credenciamento neste Edital;
- 12.2 Iniciada a abertura dos envelopes de propostas, não será permitida a participação no certame de outros licitantes;
- 12.3 Aprovados os credenciamentos, serão lançados em ata os nomes dos representantes legais ou procuradores dos Licitantes;
- 12.4 O julgamento das propostas observará a seguinte ordem:
- Abertura da proposta e registro de seu preço;
 - Conformidade da proposta;
 - Ordenação dos proponentes em ordem crescente para ofertar lance;
 - Fase de lances;
 - Definição da proposta classificada em 1º lugar;
 - Aplicação da LC nº. 123/2006;
 - Negociação com o pregoeiro;
 - Declaração da proposta classificada em 1º lugar;
 - Rodada única de lances para aferição do 2º e demais colocados;
 - Aceitação;
 - Habilitação;
 - Declaração vencedor;
 - Adjudicação;
 - Homologação.
- 12.5 Aberta a sessão, após o credenciamento, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;
- 12.6 **PROPOSTA DE PREÇOS** - Constatada a inviolabilidade dos envelopes, o Pregoeiro procederá à abertura do **ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS**;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

- 12.7 As Propostas de Preços serão organizadas em ordem crescente de preços e rubricadas pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, e ao final da sessão submetida aos Licitantes presentes, para querendo, rubricá-las;
- 12.8 Para julgamento e classificação das propostas, será adotado **critério de menor preço por item, conforme definido no preâmbulo deste Edital**, observadas as especificações e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade exigidos no Edital.
- 12.9 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
- 12.10 Na análise de conformidade das propostas, será verificado o atendimento do detalhamento geral das especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 12.11 A análise da aceitabilidade e classificação das propostas de preços compreenderá o exame da compatibilidade das características dos materiais ofertados com as especificações e condições de fornecimento indicadas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.
- 12.12 **Serão consideradas inaceitáveis e desclassificadas as propostas:**
- a. que não atenderem às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos, principalmente **se na proposta não constar a marca**.
 - b. cujos preços após a rodada de lances e/ou negociação ficarem superiores ao estimado pelo órgão solicitante;
 - c. cujos preços totais forem simbólicos ou irrisórios, ou manifestamente inexequíveis. Serão considerados inexequíveis aqueles preços cuja viabilidade não tenha sido demonstrada pelo Licitante, quando requeridos.
- 12.13 **Para cumprimento do art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, no presente certame, os itens/lotos de valores iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) especificados no termo de referência serão destinados à participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte.**
- 12.14 **Para estes itens deverão haver a participação, no mínimo, de 03 microempresas ou empresas de pequeno porte com apresentação de proposta. O não atendimento à condição acima caracterizará o disposto no art. 49, II da Lei Complementar nº. 123/2006, tornando o item/ lote de ampla disputa.**



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

- 12.15 **Fase de Lances** - Fase de Lances - Participarão da fase de lances todos os licitantes credenciados com poderes para ofertar lances e cuja proposta esteja em conformidade com o edital e demais condições constantes do Termo de Referência - Anexo I, deste Edital;
- 12.16 O pregão é realizado mediante propostas e lances em sessão pública. O autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **dez por centos** superiores a ela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor, sempre pelo critério do **menor preço**;
- 12.17 **Não havendo** pelo menos três ofertas com diferença de até dez por cento em relação à mais baixa, poderão os autores das melhores propostas, até o **máximo de três**, efetuar novos lances verbais e sucessivos, **quaisquer que sejam os preços oferecidos**.
- 12.18 O objeto do Pregão será objeto de lances em separado, processados da seguinte forma:
- a. Os lances deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes em relação à proposta de menor preço;
 - b. É garantido ao licitante o direito de ofertar lance em cada rodada completa, até que desista da disputa, ou quando na abertura da rodada de lances só restar sua proposta;
 - c. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Iniciada a rodada de lances, está só se encerrará quando todos os licitantes presentes tiverem se manifestado, iniciando-se em seguida novas rodadas, com exclusão dos desistentes, até quando na abertura da última rodada de lances restar, somente, uma proposta sem concorrente para cobri-la, que será definida como proposta classificada em 1º lugar;
- 12.19 Encerrada a fase de lances com a definição da proposta classificada em 1º lugar, será assegurado nos termos do art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123/2006, preferência para contratações de microempresas e empresas de pequeno porte, mediante aplicação do empate ficto, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e



cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

12.20 Para efeito do disposto no subitem acima, **ocorrendo o empate**, proceder-se-á da seguinte forma:

I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, inferior a classificada em primeiro lugar nos lances, sob pena de preclusão de seu direito de preferência; observado o disposto no art. 45, inc. I, da Lei Complementar nº. 123/06;

II - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma prevista acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. Havendo empate, será realizado sorteio;

III - O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.21 Finalizada a etapa da opção do direito de preferência, o pregoeiro negociará com o detentor da proposta classificada em 1º lugar na fase de lances e em seguida examinará quanto à aceitabilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e sua exequibilidade, caso positivo, declarará a proposta como classificada em 1º lugar.

12.22 Em seguida, será realizada uma única rodada de lances com todos os licitantes, a exceção do primeiro classificado para determinar o segundo e demais colocados, na ordem de lances já estabelecida no item 11.13. Nesta rodada de lances o licitante poderá ofertar lance com valor inferior ao último por ele mesmo ofertado e diferente dos já registrados pelo pregoeiro.

12.23 **Haverá empate entre dois ou mais licitantes quando houver igualdade de preços as propostas escritas e não haja lances para definir o desempate.** Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente pregão.

12.24 **Fase de Habilitação** - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** do Licitante que apresentou a proposta classificada em 1º lugar, para



verificação do atendimento às condições de habilitação fixadas neste Edital, observado o saneamento previsto no item 11.29 e o seguinte procedimento:

12.24.1 Se a **proposta classificada pertencer a uma microempresa ou empresa de pequeno porte** e cumprir os requisitos de habilitação do edital será declarada vencedora. Se a documentação quanto à regularidade fiscal apresentar alguma restrição, ainda assim, será declarada vencedora e assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogado por igual período, a critério da Administração, para regularização, iniciando-se a contagem do prazo a partir deste momento.

12.24.2 Caso o licitante não regularize sua situação fiscal será inabilitada e o Pregoeiro fará a abertura do envelope da documentação do licitante da proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente.

12.24.3 Se a proposta classificada **não pertencer à microempresa ou empresa de pequeno porte** e cumprir os requisitos de habilitação do edital será declarada vencedora. Caso contrário, o Pregoeiro chamará o licitante da proposta classificada em segundo lugar, negociará o preço e em seguida procederá ao exame da habilitação, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos contidos no Edital, quando o licitante habilitado será declarado vencedor.

12.25 Se a melhor proposta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitarias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

12.26 O Licitante declarado vencedor deverá apresentar ao Pregoeiro, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis após a sessão que lhe adjudicou o objeto deste pregão**, nova proposta escrita de preços contemplando o lance final ofertado. O descumprimento dessa condição importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à administração do órgão promotor do certame, convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação.

12.27 **Não será admitida desistência de propostas escritas ou lances ofertados, sujeitando-se o Licitante desistente às penalidades constantes no Item Sanções Administrativas deste Edital.**



- 12.28 As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos pelo Pregoeiro da forma seguinte:
- 12.28.1 Discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;
- 12.28.2 Erro de transcrição das quantidades previstas no edital: o resultado será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;
- 12.28.3 Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;
- 12.28.4 Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma;
- 12.28.5 **Na hipótese de erro no preço cotado não será admitida retificação.**
- 12.29 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão Presencial.
- 12.30 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, **o Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.31 Havendo falha da documentação habilitatória, desde que esta retrate situação fática ou jurídica já existente na data estipulada da abertura da licitação, será aberto o prazo para seu saneamento em dois dias úteis, sob pena de inabilitação e abertura de procedimento para aplicação de multa.
- 12.32 A melhor proposta que atender as exigências do Edital será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo Pregoeiro ou pela autoridade do órgão promotor da licitação no caso de interposição de recurso. A homologação desta licitação será realizada pelo do órgão indicado no subitem 1.1.



13. HABILITAÇÃO:

- 13.1 Para se habilitarem os documentos para habilitação deverão ser entregues em envelope não transparente, fechado, contendo a seguinte inscrição:

ENVELOPE Nº 2

HABILITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 004/2025

NOME COMPLETO DA LICITANTE:

CNPJ/CPF:

E-MAIL:

ENDEREÇO E TELEFONE:

- 13.2 Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ preferencialmente, e com o endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:
- 13.2.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;
- 13.2.2 Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa e Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou; se o licitante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número do CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.
- 13.2.3 Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.



13.3 Habilitação Jurídica:

- a. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresárias;
- d. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.4 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos relativos a **Tributos Federais** e à Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade com a **Fazenda Federal**;
- b. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**;
- c. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede do Licitante, relativa a **Tributos Estaduais**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio ou sede do Licitante, da **Dívida Ativa da Fazenda Estadual**;
- e. Certidão Negativa de Débito - **CND**, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Municipal**;



- f. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – **CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**;
- g. Certidão Negativa de Débito – **CND**, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando a regularidade perante a **Seguridade Social**.

13.5 Qualificação Econômico-Financeira:

- a. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b. Balanço patrimonial e a demonstração de resultado contábil do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei;
 - b.1) Para Sociedades Anônimas, cópia autenticada da publicação do Balanço em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede do Licitante;
 - b.2) Para as demais empresas, cópia autenticada do balanço patrimonial, devendo ser assinado por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária;
 - b.3) As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham Balanço de final de exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido com data de até 90 (noventa) dias anterior à data de abertura da licitação;
- c. O licitante deverá comprovar através seu balanço, que possui Patrimônio Líquido mínimo ou capital mínimo equivalente a até 10% do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com os §§ 4º e 3º do artigo 69 da Lei nº. 14.133/2021.

13.6 Qualificação Técnica:

- a. **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido **satisfatoriamente** os



materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado. **Se o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá constar o reconhecimento de firma passada em cartório do titular da empresa que firmou a declaração.**

13.7 Outras comprovações:

13.7.1 Declaração subscrita por representante legal da licitante (Modelo Anexo VI), elaborada em papel que identifique a licitante, atestando que:

- a. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- b. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

13.7.2 As certidões apresentadas com prazo de validade expirado acarretarão a inabilitação do Licitante, ultrapassado o prazo para saneamento. As certidões que não possuírem prazo de validade somente serão aceitas se as datas de emissão não excederem a 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

13.7.3 Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar que possui estabelecimento comercial adequado e compatível com o objeto da licitação, destinado à produção, manipulação, armazenamento e/ou comercialização dos gêneros alimentícios que compõem o serviço objetos dessa licitação, observadas as normas sanitárias vigentes.

13.7.4 A comprovação deverá ser realizada mediante a apresentação de, no mínimo, um dos seguintes documentos:

- a. Alvará de Funcionamento expedido pelo órgão competente, em nome do licitante, com atividade compatível com o objeto licitado;
- b. Licença ou Alvará Sanitário válido, emitido pela autoridade sanitária competente, quando exigível pela legislação local;
- c. Comprovante de endereço do estabelecimento comercial, em nome do licitante, acompanhado de declaração formal de que o local é utilizado para o preparo, armazenamento ou comercialização dos produtos ofertados.



d. O estabelecimento deverá atender às condições mínimas de higiene, segurança alimentar e estrutura física, conforme normas da vigilância sanitária, ficando a Administração autorizada, se entender necessário, a realizar diligência ou vistoria para verificação da veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

14.1 Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitar em fornecer o material pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

14.2 O Órgão indicado no subitem 1.1. convocará formalmente os fornecedores, no dia útil seguinte à publicação da homologação do certame com antecedência de 3 (três) dias úteis, informando o local, data e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

14.2.1 No ato da convocação será informado, também, o preço unitário que constará da Ata.

14.2.2 O prazo previsto no subitem 5.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Órgão.

14.3 No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Órgão indicado no subitem 1.1 registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

14.4 E demais condições indicadas no Anexo I – Termo de Referência.



15. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 15.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ordinariamente, o órgão gestor, os participantes se houver, e extraordinariamente, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador indicado no subitem 1.1, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº. 14.133/2021, relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços.
- 15.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 15.3 As aquisições ou contratações adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na presente Ata de Registro de Preços, conforme art. 86, § 4º da Lei 14.133/2021.
- 15.4 As aquisições por adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem conforme art. 86, § 5º da lei 14.133. Este controle será realizado pelo órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços.
- 15.5 E demais condições indicadas no Anexo I – Termo de Referência.

16. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS PRODUTOS:

- 16.1 O Órgão indicado no subitem 1.1 será o responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitada pelos órgãos usuários participante extraordinária respeitada à ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos.
- 16.2 Quando houver mais de um licitante registrado, somente quando o primeiro licitante registrado atingir a totalidade do seu limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços, será indicado o segundo e assim sucessivamente, podendo ser



indicados mais de um, ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido de fornecimento for superior à capacidade do licitante da vez e houver previsão no edital.

16.3 A convocação dos fornecedores, pelo Órgão indicado no subitem 1.1, será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido;

16.4 O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

16.5 Quando comprovada uma dessas hipóteses, o Órgão indicado no subitem 1.1 poderá indicar o próximo fornecedor registrado na ata a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

16.6 E demais condições indicadas no Anexo I – Termo de Referência.

17. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

17.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, conforme art. 23 do decreto 11.462/2023.

17.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei 14.133/2021.

17.3 E demais condições indicadas no Anexo I – Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

18.1 A empresa contratada obriga-se a cumprir os encargos constantes deste Edital, da Minuta da Ata de Registro de Preços e do Termo de Referência, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CONTRATANTE:

19.1 O Órgão indicado no subitem 1.1 obriga-se a cumprir as obrigações relacionadas neste Edital e seus anexos.



20. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS:

- 20.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, previstas no art. 25 do decreto 11.462/2023.
- 20.2 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo Órgão indicado no subitem 1.1 para alteração, por aditamento, do preço da Ata.
- 20.3 E demais condições indicadas no Anexo I – Termo de Referência.

21. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR:

- 21.1 O Fornecedor terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
- 21.1.1 A pedido, quando:
- 21.1.1.1 Comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - 21.1.1.2 O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
- 21.2 Por iniciativa do Órgão indicado no subitem 1.1, quando:
- 21.2.1 Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - 21.2.2 Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
 - 21.2.3 Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
 - 21.2.4 Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
 - 21.2.5 Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
 - 21.2.6 Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.



21.3 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Órgão indicado no subitem 1.1 fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.

21.4 E demais condições indicadas no Anexo I – Termo de Referência.

22. DO PAGAMENTO:

22.1 O pagamento será efetuado em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência deste edital.

23. DAS CONDIÇÕES E CONTRATAÇÃO:

23.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante contrato a ser firmado entre a (s) empresa (s) vencedora e a Prefeitura;

23.2 A adjudicatária deve manter, durante toda a vigência da contratação, as condições de habilitação exigidas na licitação.

23.3 Se, por ocasião da formalização da contratação, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Nacional e Fazenda Estadual (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a tributos federais e dívida ativa da União) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

23.4 O Licitante vencedor que tenha domicílio tributário fora do Estado do Acre deverá apresentar Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pela Fazenda do Estado do Acre, comprovando sua regularidade para com este fisco, quando for convocado para assinatura do contrato, sob pena de decair seu direito à contratação.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

- 23.5 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 23.6 A adjudicatária deverá, no prazo de 2 (dois) dias corridos contados da data da convocação, comparecer no endereço indicado pelo órgão, munida do Alvará de Funcionamento atualizado, para retirar o empenho.
- 23.7 Quando a Adjudicatária deixar de comprovar a regularidade fiscal, não apresentar o Alvará de Funcionamento atualizado ou ainda, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta se recusar a retirar o empenho, serão convocadas as demais licitantes na ordem de classificação com vistas à contratação.
- 23.8 A emissão da Nota de Empenho em favor da adjudicatária será realizada após a publicação da homologação do certame.
- 23.9 Durante a vigência do Contrato, a fiscalização será exercida por um representante designado pelo órgão indicado no subitem 1.1. ao qual competirá registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Administração, conforme art. nº 117 da Lei 14.133/2021.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO:

- 24.1 A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte.

25. DOS RECURSOS:

- 25.1 Declarado o vencedor da licitação, qualquer licitante poderá manifestar a intenção de interpor recurso no final da sessão, sob pena da decadência do direito de recurso, com registro em ata da síntese das razões de sua impugnação, podendo os interessados juntar memoriais no prazo máximo de **3 (três) dias corridos**, ficando os demais, desde logo, intimados a impugnar as razões do recurso (contrarrazões) em



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurado vista imediata dos autos.

- 25.2 Intenção motivada de recorrer é aquela que indica, objetivamente, o fato e o direito que a licitante deseja ser revisto pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.
- 25.3 Considerando o conteúdo da intenção da licitante, caberá ao Pregoeiro aceitar ou rejeitar de imediato, ou seja, proceder ao juízo de admissibilidade do mesmo, na própria sessão, sendo os motivos da decisão informados na ata da sessão;
- 25.4 A síntese e os memoriais das razões do recurso deverão apresentar os motivos da discordância do Licitante, e as contrarrazões, os motivos pertinentes de impugnação às razões de recurso correspondentes.
- 25.5 Os recursos devem ser apresentados por escrito, de forma legível, assinados pelos representantes legais, ou procuradores com poderes específicos, devidamente constituídos na forma do item 8, deste Edital, dirigidos a autoridade competente do órgão licitante citado no subitem 1.1. e, necessariamente entregues e protocolizados no Setor de Licitações, Avenida Francisco Dias, S/N, Centro CEP 69.975-000, Jordão, Acre, Prefeitura Municipal de Jordão, CNPJ 84.306.497/0001-60, Fone: (68) 99209-5105 – site www.jordao.ac.gov.br – e-mail : cpl@jordao.ac.gov.br.
- 25.6 Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.
- 25.7 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 25.8 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 25.9 Julgados os recursos pela autoridade do órgão promotor da licitação, o objeto do certame será homologado pela autoridade competente do órgão que autorizou esta licitação indicado no item 1.1. ao Licitante declarado vencedor.
- 25.10 Após a homologação da licitação, o Licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços objeto deste certame, na forma do item 14.

26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 26.1 O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeitas às sanções previstas na Lei 14.133/2021.

26.1.1 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

26.1.2 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.

26.1.3 O valor da multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão contratante, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês.

26.1.4 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

26.1.5 As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão contratante durante a execução do contrato.

26.1.6 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao licitante vencedor o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

26.1.7 Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.

26.1.8 Aos fornecedores que praticarem ilícitos administrativos na licitação, no procedimento de dispensa ou inexigibilidade licitatória e nos contratos, serão aplicadas as seguintes sanções:

26.1.8.1 Advertência;

26.1.8.2 Multa;

26.1.8.3 Impedimento de licitar e contratar;

26.1.8.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 27.1 As normas disciplinadoras deste certame serão interpretadas visando à ampliação da disputa entre os Licitantes, desde que não comprometam os interesses do órgão que autorizou a licitação, a finalidade e a segurança da contratação.
- 27.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.
- 27.3 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 27.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Órgão indicado no subitem 1.1 não será, em nenhum caso, responsável por esses custos.
- 27.5 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 27.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 27.7 A consulta ao processo desta licitação, bem como a extração de cópias de documentos, deverão ser solicitadas por escrito, ao Departamento de Licitações Avenida Francisco Dias, S/N, Centro CEP 69.975-000, Jordão, Acre, Prefeitura Municipal de Jordão, CNPJ 84.306.497/0001-60, Fone: (68) 99209-5105 – site www.jordao.ac.gov.br – e-mail : cpl@jordao.ac.gov.br.
- 27.8 Fica assegurado a autoridade do órgão superior indicado no item 1.1 o direito de no interesse da Administração revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente, bem como anulá-la por ilegalidade. Nestas hipóteses não caberá indenização aos licitantes.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

- 27.9 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
- 27.10 Compete a Comissão Permanente de Licitação – CPL, através dos presidentes da Comissão de Licitações e pregoeiros:
- a. Alterar as condições deste edital, reabrindo o prazo legal para apresentação de propostas, na forma da legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das propostas;
 - b. Adiar o recebimento das propostas, divulgando, mediante aviso público, a nova data de realização da sessão pública.
- 27.11 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no setor de Licitações.
- 27.12 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente fixado, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 27.13 Todas as referências de tempo/horário contidas neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário do Estado do Acre.
- 27.14 Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, os prazos, datas e vencimentos previstos neste Edital serão suspensos, reabrindo-se a contagem a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente à normalização da situação.
- 27.15 A participação do Licitante implica a aceitação integral e irretratável dos termos do presente Edital, não se admitindo alegações futuras de desconhecimento de fatos que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto desta Licitação.
- 27.16 Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópias autenticadas em Cartório ou por cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para conferência e autenticação pela CPL.
- 27.17 As certidões que tenham sua autenticidade, sujeitas a verificação nos endereços indicados em site da internet pelo Órgão emissor, não necessitarão ser autenticadas



na forma indicada no subitem acima. Esta faculdade, todavia, não dispensa a apresentação destas certidões.

27.18 Os envelopes de habilitação permanecerão fechados, em poder do Pregoeiro, por 60 (sessenta) dias a contar da sessão de abertura. Após este prazo os Licitantes terão o prazo de 10 (dez) dias corridos para retirá-los no setor de licitação.

27.19 Até a entrega da Nota de Empenho ou da Autorização de Fornecimento, poderá a licitante vencedora ser excluída da licitação, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se o Órgão indicado no subitem 1.1 tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

27.20 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes na Lei nº 14.133/2021.

27.21 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

28. DO PADRÃO ÉTICO NO PROCESSO LICITATÓRIO:

28.1 O Licitante deverá observar o mais alto padrão de conduta ética durante o processo de Licitação e na execução do Contrato, estando sujeito às sanções previstas na legislação brasileira.

28.2 O pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

28.3 Definições de práticas corruptivas compreendem os seguintes atos:

- a. **Suborno:** ato de oferecer, dar, receber ou solicitar indevidamente qualquer coisa de valor capaz de influenciar o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes;
- b. **Extorsão ou coação:** tentativa de influenciar, por meio de ameaças de dano à pessoa, à reputação ou à propriedade, o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

- c. **Fraude:** falsificação de informação ou ocultação de fatos com o propósito de influenciar o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução do **edital** correspondentes em detrimento do Mutuário ou dos outros participantes do referido processo;
- d. **Conluio:** acordo entre o licitante destinado a gerar ofertas com preços artificiais, não competitivos.

28.4 O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o foro da comarca de Jordão - AC.

Francisco Alan de Souza Nascimento
Diretor de Elaboração de Edital e Anexos
Portaria nº 789/2025

Jordão- Acre, 08 de janeiro de 2026.

JORDÃO - AC
28 de Abril de 1992



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO nº. 004/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 051/2025

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - SRP

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento e distribuição de alimentos, compreendendo café da manhã, refeição tipo quentinha comercial e COFFEE BREAK (matutino e vespertino), destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais de Jordão.

2. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO DA MICROEMPRESA:

2.1. Será concedido tratamento favorecido, se houver razão, para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº. 8.538, de 2015.

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CAFÉ-DA-MANHÃ: Especificação: Café, leite, nescau, manteiga, torradas, dois tipos de pães (massa grossa e massa fina), banana frita, tapioca, pão de milho (acompanhado: ovo mexido e cheiro verde) e suco natural.	Por pessoa	4.944	R\$ 20,33	R\$ 100.528,00
2	REFEIÇÃO TIPO QUENTINHA COMERCIAL: Especificação: fornecida em embalagem individualizada, contendo: arroz; feijão ou feijoada; salada ou refogados de legumes e/ou outras guarnições; um tipo de carne, podendo ser: bovina, suína, ave ou peixe, com peso médio não inferior a 750g.	Por pessoa	7.608	R\$ 26,33	R\$ 200.344,00
3	Serviço de refeição pronta, incluindo aquisição de insumos e preparo de SOPA DE CARNE OU FRANGO com 500g/cada. A sopa deve conter Cenoura, Batata Inglesa, Cebola Branca, Alho, Coentro, Sal refinado, Arroz branco, Carne ou Frango, Pimenta do Reino em pó, Feijão. Deve ser fornecida em embalagem adequada de isopor com tampa (500ml).	Por pessoa	2.460	R\$ 20,33	R\$ 50.020,00
COFFEE BREAK - MATUTINO					



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL nº.
004/2025

4	Especificação: - Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente); - Leite, - Achocolatado quente; - Água mineral; - Suco de frutas - sabores variados (mínimo de dois) - sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, mamão c/ laranja, etc.; - Iogurte - sugestões: morango, aveia, mel, etc.; - Biscoito salgado (integral/outras), doce (maisena, leite/outras), torradas; - Pães (massa fina e massa grossa), de forma (normal e integral) de queijo; - Pão de milho; - Tapioca; - Bolos de trigo, mandioca, mesclado de chocolate, milho, etc.; - Sanduíches – sugestões: misto quente, natural, de metro; - Frios - queijos (mussarela, prato) e presunto; - Manteiga, margarina; - Banana (comprida) frita (com açúcar e canela); - Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso (mínimo de três) - sugestões: melão, uvas, mamão, pêra, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc.	Evento para 20 pessoas	113	R\$ 554,67	R\$ 62.677,33
5	Especificação:- Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente);- Leite, - Achocolatado quente;- Água mineral;- Suco de frutas - sabores variados (mínimo de dois) - sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, mamão c/ laranja, etc.;- Biscoito salgado (integral/outras), doce (maisena, leite/outras), torradas; - Pães (massa fina e massa grossa), de forma (normal e integral) de queijo; - Pão de milho; - Tapioca;- Bolos de trigo, mandioca, mesclado de chocolate, milho, etc.; - Sanduíches – sugestões: misto quente, natural, de metro; - Frios - queijos (mussarela, prato) e presunto;- Manteiga, margarina; - Banana (comprida) frita (com açúcar e canela);- Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso (mínimo de três) - sugestões: melão, uvas, mamão, pêra, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc.	Evento para 30 pessoas	132	R\$ 855,00	R\$ 112.860,00
6	Especificação: - Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente); - Leite,	Evento para 50 pessoas	101	R\$ 1.236,67	R\$ 124.903,33



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL nº.
004/2025

	<ul style="list-style-type: none">- Achocolatado quente;- Água mineral;- Suco de frutas - sabores variados (mínimo de dois) - sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, mamão c/ laranja, etc.;- Biscoito salgado (integral/outras), doce (maisena, leite/outras), torradas;- Pães (massa fina e massa grossa), de forma (normal e integral) de queijo;- Pão de milho;- Tapioca;- Bolos de trigo, mandioca, mesclado de chocolate, milho, etc.;- Sanduíches – sugestões: misto quente, natural, de metro;- Frios - queijos (mussarela, prato) e presunto;- Manteiga, margarina;- Banana (comprida) frita (com açúcar e canela);- Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso (mínimo de três) - sugestões: melão, uvas, mamão, pêra, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc.				
COFFE BREAK - VESPERTINO					
7	<p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none">- Água mineral, refrigerantes - coca-cola e guaraná (normal);- Sucos naturais (mínimo dois sabores). <p>Sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, abacaxi com hortelã etc.;</p> <ul style="list-style-type: none">- Pães – queijo, massa fina e massa grossa, pizza;- Salgadinho frito (mínimo de três qualidades);- Bolo comum e mesclado,- Banana (comprida) frita.	Evento para 20 pessoas	113	R\$ 205,00	R\$ 23.165,00
8	<p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none">- Água mineral, refrigerantes - coca-cola e guaraná (normal);- Sucos naturais (mínimo dois sabores). <p>Sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, abacaxi com hortelã etc.;</p> <ul style="list-style-type: none">- Pães – queijo, massa fina e massa grossa, pizza;- Salgadinho frito (mínimo de três qualidades);- Bolo comum e mesclado,- Banana (comprida) frita.	Evento para 30 pessoas	132	R\$ 408,33	R\$ 53.900,00
9	<p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none">- Água mineral, refrigerantes - coca-cola e guaraná (normal);- Sucos naturais (mínimo dois sabores). <p>Sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi,</p>	Evento para 50 pessoas	101	R\$ 605,00	R\$ 61.105,00



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL nº.
004/2025

<p>cupuaçu, maracujá, suco verde, abacaxi com hortelã etc.;</p> <ul style="list-style-type: none">- Pães – queijo, massa fina e massa grossa, pizza;- Salgadinho frito (mínimo de três qualidades);- Bolo comum e mesclado,- Banana (comprida) frita.				
--	--	--	--	--





2.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº. 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 [doze] meses contados do contrato, prorrogável na forma do artigo 105 da Lei nº. 14.133, de 2021.

2.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Subcontratação

5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

5.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

5.3. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

5.4. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

5.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.



6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 6.1. O prazo de entrega dos bens **SERÁ DE 15** (quinze) **DIAS ÚTEIS**, contados da emissão da OFB ou assinatura do contrato, em remessa única.
- 6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **3 [TRÊS] DIAS** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 6.3. O prazo de garantia é aquele estabelecidos na Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 6.4. Caso o prazo de garantia oferecido pelo fabricante seja superior ao estabelecidos pelo Código de Defesa do Consumidor, o prazo de garantia será o estabelecido pelo fornecedor.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº. 14.133, de 2021, art. 117, caput).



Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº. 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº. 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº. 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº. 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

Fiscalização Administrativa

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (art. 23, I e II, do Decreto nº. 11.246, de 2022);

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº. 11.246, de 2022, art. 23, IV);

Gestor do Contrato

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº. 11.246, de 2022, art. 21, IV);



7.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº. 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº. 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº. 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº. 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº. 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos **IMEDIATAMENTE**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021,



comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 [dez] dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.6.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.7.1. o prazo de validade;

8.7.2. a data da emissão;

8.7.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.7.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.7.5. o valor a pagar;

8.7.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;



b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 [cinco] dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.15. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 [dez] dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INPC/IPCA**, de correção monetária, o que for mais vantajoso para a Administração.

Forma de pagamento

8.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e



contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **PRESENCIAL** por **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com adoção do critério de julgamento pelo **[MENOR PREÇO POR ITEM]**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU**, ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela **Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)** e pela **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à **Seguridade Social**, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.24. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD, ao Sped.

9.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação PATRIMÔNIO MÍNIMO 10% do VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº. 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



Qualificação Técnica

9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

9.29.1.1. *Descrição do objeto com características similares;*

9.29.1.2. *Forneceu os itens requisitados;*

9.29.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

9.29.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.29.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

9.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº. 5.764, de 1971;

9.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.30.4. O registro previsto na Lei nº. 5.764, de 1971, art. 107;

9.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;



- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 789.502,67 (setecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e dois reais e sessenta sete centavos)** Conforme custos unitários apostos na tabela apresentada no Tópico 2, deste instrumento.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº. 11.462/2023):

10.2.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº. 14.133, de 2021;*

10.2.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.2.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Jordão - Acre.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SANEAMENTO



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL nº.
004/2025

Programa de Trabalho: Proj. /Atividade: 2.100-MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros serviços de terceiros – P Jurídica					
SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E TURISMO					
Proj./Ativ. 2.008 - Manutenção da Sec. De Administração, Obras e Turismo Elemento de Despesa: 237 3.3.90.30.00.00.00.00.0500 Material de Consumo.					
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
ORGÃO	PROJ/ATIV	COD. RED.	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	EXERCÍCIO
SEMEC	2.022	34	3.3.90.39.00.00.00.00.0500 Outros Serviços de Terceiros e Pessoas Jurídicas	500	2025
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SEMASDHC.					
Programa de Trabalho		Projeto atividade 2.028 – manutenção de Sec.de Assistência Social Direitos Humanos e Cidadania.			
Elemento de Despesa		3.3.90.30.00.00.00.00.0500 – Material de Consumo.			

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Naquilo que for omissa o presente Termo de Referência, reger-se-á pela Lei Federal nº. 14.133/2021.

Jordão Acre, dia 11 de novembro de 2025

Elaborado por:

Documento assinado digitalmente
gov.br FERNANDO FERREIRA DA SILVA
Data: 11/11/2025 11:27:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernando Ferreira da Silva
DIRETOR DE ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA
PORTARIA nº. 623/2025



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

PREGÃO nº. 004/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 051/2025

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - SRP

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Trata-se de estudos preliminares que visa à Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento e distribuição de alimentos, compreendendo café da manhã, refeição tipo quentinha comercial e coffee break (matutino e vespertino), destinados a atender às necessidades das Secretarias Municipais de Jordão.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório – art. 18, §1º, inc. I)

2.1. **Secretaria Municipal Administração, Obras e Infraestrutura:** A contratação de empresa para o preparo e fornecimento de café da manhã, refeição tipo quentinha comercial, refeição pronta tipo sopa, coffee break (matutino e vespertino), se faz necessário com objetivo de proporcionar o fornecimento de refeições e lanches aos colaboradores que por necessidade ficam em tempo integral na repartição, realização de coffee break durante as reuniões, palestras e cursos aos referidos colaboradores da Secretaria e no desenvolvimento de suas atividades e também alimentação para os servidores empregados na Diretoria de Obras, quando estiverem prestando serviços nas localidades rurais, assim como na zona urbana e na abertura dos ramais que eventualmente não podem deslocar para suas residências durante o horário das refeições, sendo necessário o fornecimento da alimentação adequada aos servidores lotados nesta secretaria.

2.2. **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura:** A Secretaria Municipal de Educação tem como atribuição promover ações administrativas e pedagógicas voltadas ao pleno funcionamento da rede municipal de ensino, o que inclui a realização de reuniões, cursos de formação, capacitações, oficinas, seminários, conselhos e demais eventos institucionais. Tais atividades demandam condições adequadas de acolhimento aos participantes, visando garantir qualidade, eficiência e efetividade nos serviços prestados.

Nesse sentido, a contratação de empresa especializada para fornecimento de coffee break justifica-se pela necessidade de atender adequadamente gestores, servidores, professores, técnicos, palestrantes e demais convidados durante a realização de eventos oficiais da Secretaria. A disponibilização desse serviço proporciona melhores condições de trabalho e aprendizado, fortalece o engajamento e contribui para a valorização dos profissionais da educação.

Portanto, a aquisição de coffee break é medida necessária e adequada para assegurar a realização dos eventos oficiais da Secretaria Municipal de Educação, garantindo eficiência administrativa, transparência nos gastos públicos, economicidade e respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº.051/2025

PREGÃO PRESENCIAL nº.
04/2025

2.3. Secretaria Municipal de Saúde: O coffee-break é um serviço alimentar comum em eventos corporativos e sociais. Tipicamente servido durante os intervalos de reuniões, proporciona uma pausa aos participantes. A expressão “coffee break” refere-se a uma pausa breve durante o expediente de trabalho, onde os colaboradores têm a oportunidade de se afastar de suas atividades para relaxar, socializar e, frequentemente, consumir café ou outros lanches.

A Secretaria Municipal de Saúde de Jordão realiza diversos eventos durante o ano como conferências, formações, campanhas educativas, mensalmente, e outros encontros de interesses coletivos e dos servidores.

Justifica-se a aquisição dos serviços supracitados a fim de atender às necessidades da SEMSA nos eventos a serem realizados durante toda a gestão.

Diante do exposto, solicito a Vossa Excelência, determinar ao Setor competente desta Prefeitura a realização de processo licitatório para tal fim.

2.4. Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Cidadania: A solicitação justifica-se em função da contratação de empresa para o preparo e fornecimento de Alimentação pronta, tipo: café-da-manhã, quentinha tipo comercial, sopa e coffee-break (matutino e vespertino). Sendo assim, se faz necessário a contratação de empresa especializada para realização do serviço supracitado como: Serviços Socioassistenciais voltados a Crianças, aos Adolescentes e Pessoas Idosas, Conselhos e Serviços de Proteção Social Básica e Especial. A aquisição dos itens se faz necessária para as atividades realizadas pelo SCFV, PAIF e as atividades realizadas pelo CRAS (reuniões socioeducativas, oficinas, atividades lúdicas, culturais e sociais), com as famílias em vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, conforme a necessidade da Secretaria Municipal Assistência Social e suas unidades vinculadas.

Considerando que é atendida uma média de 200 crianças e adolescentes e 60 idosos nos Serviços de Fortalecimento de Vínculos;

Considerando o atendimento nos Conselhos Municipais: Assistência social, da pessoa com deficiência, da mulher, do idoso, da criança e do adolescente e tutelar.

Dessa forma, se faz necessário à contratação de Empresa para o fornecimento de Alimentação pronta, tipo: café-da-manhã, quentinha tipo comercial, sopa e coffee break (matutino e vespertino), a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal Assistência Social e suas unidades vinculadas e dar continuidade ao desenvolvimento dos trabalhos, de forma eficiente que atinjam os objetivos a que se destina.

Para o mais, reitero os pedidos de colaboração e ênfase neste contexto.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

3.1. Requisitos gerais:

3.1.1. Trata-se de aquisição de SERVIÇO COMUM, a ser contratado mediante licitação, na MODALIDADE PREGÃO, em sua forma PRESENCIAL.

3.1.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

3.2. Requisitos legais:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº.051/2025
PREGÃO PRESENCIAL nº.
04/2025

- 3.2.1. O objeto deste Estudo Preliminar se enquadra como serviços, cabendo à licitação na forma de pregão, na modalidade presencial, por menor preço oferecido, enquadrar-se nos termos das seguintes normas legislativas:
- 3.2.2. Lei nº. 14.133/21 – Lei Geral de Licitações e Contratos;
- 3.2.3. Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
- 3.2.4. Lei Complementar nº. 123/2006 – Estatuto da Microempresa;
- 3.2.5. Instrução Normativa SEGES nº. 58/2022;
- 3.2.6. Demais normas aplicadas subsidiariamente elencadas acima.
- 3.3. Requisitos de sustentabilidade:
 - 3.3.1. A contratação deverá observar práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 10/2012 e demais legislações aplicáveis, de forma a minimizar impactos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável.
 - 3.3.2. Dentre as medidas sustentáveis a serem observadas, destacam-se:
 - 3.3.2.1. Priorizar o uso de copos, pratos e talheres reutilizáveis ou biodegradáveis, evitando materiais plásticos descartáveis de uso único;
 - 3.3.2.2. Adotar embalagens recicláveis ou compostáveis, preferencialmente produzidas a partir de materiais de fontes renováveis;
 - 3.3.2.3. Reduzir o desperdício de alimentos, realizando o planejamento adequado das quantidades conforme o número de participantes previsto;
 - 3.3.2.4. Utilizar produtos de origem local ou regional, sempre que possível, contribuindo para a economia local e reduzindo emissões com transporte;
 - 3.3.2.5. Dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos gerados, incentivando a coleta seletiva e a reciclagem;
 - 3.3.2.6. Priorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis em seus processos produtivos e logísticos.
- 3.4. Requisitos da contratação:
 - 3.4.1. A contratação deverá garantir o fornecimento de alimentos e serviços em conformidade com os padrões de qualidade, higiene e segurança alimentar exigidos pela legislação vigente, assegurando o atendimento eficiente às demandas das Secretarias Municipais de Jordão.
 - 3.4.2. O fornecedor deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:
 - 3.4.2.1. Possuir empresa regularmente constituída e autorização sanitária vigente, emitida pelo órgão competente;
 - 3.4.2.2. Garantir que todos os alimentos sejam preparados em condições higiênico-sanitárias adequadas, conforme as normas da ANVISA (RDC nº 216/2004 e posteriores);
 - 3.4.2.3. Fornecer alimentos frescos, de boa qualidade e devidamente acondicionados, mantendo temperatura e conservação adequadas até a entrega;
 - 3.4.2.4. Assegurar que o transporte dos alimentos seja realizado em veículo apropriado, higienizado e fechado, que impeça contaminação e preserve as condições de consumo;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº.051/2025
PREGÃO PRESENCIAL nº.
04/2025

- 3.4.2.5. Fornecer equipamentos e utensílios necessários à montagem e serviço do coffee break, quando aplicável;
- 3.4.2.6. Assegurar a pontualidade nas entregas, de acordo com cronograma definido pela Administração;
- 3.4.2.7. Dispor de equipe treinada e uniformizada, com boas práticas de manipulação de alimentos e atendimento;
- 3.4.2.8. Garantir substituição imediata de produtos que apresentem irregularidades, deterioração ou estejam em desacordo com as especificações;
- 3.4.2.9. Cumprir as normas de segurança do trabalho e regras sanitárias locais, bem como demais exigências legais pertinentes.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES:

- 4.1. O levantamento de mercado consistiu na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções disponíveis para o atendimento da necessidade de fornecimento de alimentos e serviços de coffee break destinados às Secretarias Municipais de Jordão.
- 4.2. Foram realizadas pesquisas junto a empresas especializadas no ramo de alimentação e eventos, considerando fornecedores locais e regionais, com o objetivo de identificar valores praticados, modalidades de fornecimento e padrões de qualidade oferecidos no mercado.
- 4.3. Durante a pesquisa, observou-se que as empresas atuantes nesse segmento oferecem serviços completos, que incluem o preparo, o transporte, a montagem, a reposição e a desmontagem dos alimentos e utensílios, além de cardápios variados, ajustáveis conforme o perfil do evento e o número de participantes.
- 4.4. As cotações de preços obtidas demonstraram homogeneidade de valores, variando conforme a composição dos cardápios e a distância de entrega, sendo constatada a viabilidade técnica e econômica da contratação por meio de processo licitatório.
- 4.5. Dessa forma, conclui-se que o mercado local e regional apresenta capacidade suficiente para atender à demanda da Administração, garantindo competitividade, qualidade e cumprimento das exigências sanitárias aplicáveis.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

- 5.1. A solução proposta consiste na **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento e distribuição de alimentos**, abrangendo **café da manhã, refeição tipo quentinha comercial e coffee break (matutino e vespertino)**, a fim de atender às demandas das diversas Secretarias Municipais de Jordão em eventos, reuniões, capacitações e demais atividades institucionais.
- 5.2. A empresa contratada será responsável por **preparar, acondicionar, transportar e distribuir** os alimentos, garantindo o cumprimento das normas de higiene e segurança alimentar estabelecidas pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**.
- 5.3. O fornecimento deverá ocorrer **conforme solicitação e programação da Administração**, observando quantidades e horários previamente definidos. O serviço deverá incluir todos os **insumos, utensílios, mão de obra e equipamentos necessários** à perfeita execução do objeto.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº.051/2025

PREGÃO PRESENCIAL nº.
04/2025

5.4. Para o **coffee break**, deverão ser disponibilizados alimentos variados, doces e salgados, acompanhados de bebidas quentes e frias, adequados ao período (matutino ou vespertino).

5.5. O **café da manhã** deverá ser composto por itens de consumo leve e nutritivo, enquanto a **refeição tipo quentinha** deverá conter porções balanceadas, com proteína, guarnição, arroz, feijão e salada, observando o padrão comercial e qualidade adequada.

5.6. A empresa contratada deverá ainda garantir a **pontualidade no atendimento**, a **substituição imediata de produtos inadequados** e a **manutenção da qualidade durante todo o período contratual**.

5.7. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Administração, que verificarão o cumprimento das especificações, prazos e condições estabelecidas.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE (obrigatório - art. 18, §1º, inc. IV)

6.1. O processo administrativo nº. 035/2023, gerou as ARP's nº. 003/2023, 004/2023, 005/2023 e 006/2023, que teve vigência expirada em 14/06/2024.

6.2. Nas ARP's ficaram registrada as seguintes quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE			
			SEC. ADM - ARP 03/2023	SEMSA - ARP 05/2023	SEC. ASSIST. SOCIAL - ARP 06/2023	SEMEC - ARP 04/2023
1	CAFÉ-DA-MANHÃ: Especificação: Café, leite, Nescau, manteiga, torradas, dois tipos de pães (massa grossa e massa fina), banana frita, tapioca, pão de milho (acompanhado: ovo mexido e cheiro verde) e suco natural.	Por pessoa	1.820	100	1.500	200
2	REFEIÇÃO TIPO QUENTINHA COMERCIAL: Especificação: fornecida em embalagem individualizada, contendo: arroz; feijão ou feijoada; salada ou refogados de legumes e/ou outras guarnições; um tipo de carne, podendo ser: bovina, suína, ave ou peixe, com peso médio não inferior a 750g.	Por pessoa	3.040	100	1.500	250
3	Serviço de refeição pronta, incluindo aquisição de insumos e preparo de SOPA DE CARNE OU FRANGO com 500g/cada. A sopa deve conter Cenoura, Batata Inglesa, Cebola Branca, Alho, Coentro, Sal refinado, Arroz branco, Carne ou Frango, Pimenta do Reino em pó, Feijão. Deve ser fornecida em embalagem adequada de isopor com tampa (500ml).	Por pessoa	500	-	1.000	-
COFFEE BREAK - MATUTINO						



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº.051/2025

PREGÃO PRESENCIAL nº.
04/2025

4	Especificação:- Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente);- Leite, - Achocolatado quente;- Água mineral;- Suco de frutas - sabores variados (mínimo de dois) - sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, mamão c/ laranja, etc.;- Biscoito salgado (integral/outras), doce (maisena, leite/outras), torradas; - Pães (massa fina e massa grossa), de forma (normal e integral) de queijo; - Pão de milho; - Tapioca;- Bolos de trigo, mandioca, mesclado de chocolate, milho, etc.; - Sanduíches - sugestões: misto quente, natural, de metro; - Frios - queijos (mussarela, prato) e presunto;- Manteiga, margarina; - Banana (comprida) frita (com açúcar e canela);- Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso (mínimo de três) - sugestões: melão, uvas, mamão, pêra, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc.	Evento para 20 pessoas	20	15	24	24
5	Especificação:- Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente);- Leite, - Achocolatado quente;- Água mineral;- Suco de frutas - sabores variados (mínimo de dois) - sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, mamão c/ laranja, etc.;- Biscoito salgado (integral/outras), doce (maisena, leite/outras), torradas; - Pães (massa fina e massa grossa), de forma (normal e integral) de queijo; - Pão de milho; - Tapioca;- Bolos de trigo, mandioca, mesclado de chocolate, milho, etc.; - Sanduíches - sugestões: misto quente, natural, de metro; - Frios - queijos (mussarela, prato) e presunto;- Manteiga, margarina; - Banana (comprida) frita (com açúcar e canela);- Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso (mínimo de três) - sugestões: melão, uvas, mamão, pêra, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc.	Evento para 30 pessoas	20	20	24	24
6	Especificação:- Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente);- Leite, - Achocolatado quente;- Água mineral;- Suco de frutas - sabores variados (mínimo de dois) - sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, mamão c/ laranja, etc.;- Biscoito salgado (integral/outras), doce (maisena, leite/outras), torradas; - Pães (massa fina e massa grossa), de forma (normal e integral) de queijo; - Pão de milho; - Tapioca;- Bolos de trigo, mandioca, mesclado de chocolate, milho, etc.; - Sanduíches - sugestões: misto quente, natural, de metro; - Frios - queijos (mussarela, prato) e presunto;- Manteiga, margarina; - Banana (comprida) frita (com açúcar e canela);- Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso	Evento para 50 pessoas	20	15	24	24



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº.051/2025

PREGÃO PRESENCIAL nº.
04/2025

	(mínimo de três) - sugestões: melão, uvas, mamão, pêra, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc.					
COFFEE BREAK - VESPERTINO						
7	Especificação:- Água mineral, refrigerantes - coca-cola e guaraná (normal);- Sucos naturais (mínimo dois sabores). Sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, abacaxi com hortelã etc.;- Pães - queijo, massa fina e massa grossa, pizza;- Salgadinho frito (mínimo de três qualidades);- Bolo comum e mesclado, - Banana (comprida) frita.	Evento para 20 pessoas	20	15	24	24
8	Especificação:- Água mineral, refrigerantes - coca-cola e guaraná (normal);- Sucos naturais (mínimo dois sabores). Sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, abacaxi com hortelã etc.;- Pães - queijo, massa fina e massa grossa, pizza;- Salgadinho frito (mínimo de três qualidades);- Bolo comum e mesclado, - Banana (comprida) frita.	Evento para 30 pessoas	20	20	24	24
9	Especificação:- Água mineral, refrigerantes - coca-cola e guaraná (normal);- Sucos naturais (mínimo dois sabores). Sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, abacaxi com hortelã etc.;- Pães - queijo, massa fina e massa grossa, pizza;- Salgadinho frito (mínimo de três qualidades);- Bolo comum e mesclado, - Banana (comprida) frita.	Evento para 50 pessoas	20	15	24	24

6.3. Da análise da ARP nº. 005/2023 e 006/2023, observou-se que as Secretarias de SAÚDE e ASSISTÊNCIA SOCIAL apresentaram quantidades inferiores à necessidade dos órgãos, razão pela qual irá aumentar a quantidade estabelecido para ambas.

6.4. Logo, a quantidade estimada a ser contratada segue no quadro resumido abaixo:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº.051/2025

PREGÃO PRESENCIAL nº.
04/2025

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE				MARGEM DE SEGURANÇA (+20%)	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA
			SEC. ADM	SEMSA	SEC. ASSIST. SOCIAL	SEMEC		
1	CAFÉ-DA-MANHÃ: Especificação: Café, leite, Nescau, manteiga, torradas, dois tipos de pães (massa grossa e massa fina), banana frita, tapioca, pão de milho (acompanhado: ovo mexido e cheiro verde) e suco natural.	Por pessoa	1.820	100	2.000	200	824	4.944
2	REFEIÇÃO TIPO QUENTINHA COMERCIAL: Especificação: fornecida em embalagem individualizada, contendo: arroz; feijão ou feijoadá; salada ou refogados de legumes e/ou outras guarnições; um tipo de carne, podendo ser: bovina, suína, ave ou peixe, com peso médio não inferior a 750g.	Por pessoa	3.040	250	2.800	250	1.268	7.608
3	Serviço de refeição pronta, incluindo aquisição de insumos e preparo de SOPA DE CARNE OU FRANGO com 500g/cada. A sopa deve conter Cenoura, Batata Inglesa, Cebola Branca, Alho, Coentro, Sal refinado, Arroz branco, Carne ou Frango, Pimenta do Reino em pó, Feijão. Deve ser fornecida em embalagem adequada de isopor com tampa (500ml).	Por pessoa	500	-	1.500	50	410	2.460
COFFEE BREAK – MATUTINO								
4	Especificação:- Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente);- Leite, - Achocolatado quente;- Água mineral;- Suco de frutas - sabores variados (mínimo de dois) - sugestões: laranja,	Evento para 20 pessoas	20	20	30	24	19	113



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº.051/2025

PREGÃO PRESENCIAL nº.
04/2025

	acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, mamão c/ laranja, etc.;- Biscoito salgado (integral/outras), doce (maisena, leite/outras), torradas; - Pães (massa fina e massa grossa), de forma (normal e integral) de queijo; - Pão de milho; - Tapioca;- Bolos de trigo, mandioca, mesclado de chocolate, milho, etc.; - Sanduíches - sugestões: misto quente, natural, de metro; - Frios - queijos (mussarela, prato) e presunto;- Manteiga, margarina; - Banana (comprida) frita (com açúcar e canela);- Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso (mínimo de três) - sugestões: melão, uvas, mamão, pêra, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc.							
5	Especificação:- Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente);- Leite, - Achocolatado quente;- Água mineral;- Suco de frutas - sabores variados (mínimo de dois) - sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, mamão c/ laranja, etc.;- Biscoito salgado (integral/outras), doce (maisena, leite/outras), torradas; - Pães (massa fina e massa grossa), de forma (normal e integral) de queijo; - Pão de milho; - Tapioca;- Bolos de trigo, mandioca, mesclado de chocolate, milho, etc.; - Sanduíches - sugestões: misto quente, natural, de metro; - Frios - queijos (mussarela, prato) e presunto;- Manteiga, margarina; - Banana (comprida) frita (com açúcar e canela);- Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso (mínimo de três) - sugestões: melão, uvas, mamão, pêra, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc.	Evento para 30 pessoas	20	36	30	24	22	132



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº.051/2025

PREGÃO PRESENCIAL nº.
04/2025

6	Especificação:- Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente);- Leite, - Achocolatado quente;- Água mineral;- Suco de frutas - sabores variados (mínimo de dois) - sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, mamão c/ laranja, etc.;- Biscoito salgado (integral/outras), doce (maisena, leite/outras), torradas; - Pães (massa fina e massa grossa), de forma (normal e integral) de queijo; - Pão de milho; - Tapioca;- Bolos de trigo, mandioca, mesclado de chocolate, milho, etc.; - Sanduíches - sugestões: misto quente, natural, de metro; - Frios - queijos (mussarela, prato) e presunto;- Manteiga, margarina; - Banana (comprida) frita (com açúcar e canela);- Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso (mínimo de três) - sugestões: melão, uvas, mamão, pêra, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc.	Evento para 50 pessoas	20	10	30	24	17	101
COFFEE BREAK - VESPERTINO								
7	Especificação:- Água mineral, refrigerantes - coca-cola e guaraná (normal);- Sucos naturais (mínimo dois sabores). Sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, abacaxi com hortelã etc.;- Pães - queijo, massa fina e massa grossa, pizza;- Salgadinho frito (mínimo de três qualidades);- Bolo comum e mesclado, - Banana (comprida) frita.	Evento para 20 pessoas	20	20	30	24	19	113
8	Especificação:- Água mineral, refrigerantes - coca-cola e guaraná (normal);- Sucos naturais (mínimo dois sabores). Sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, abacaxi com hortelã etc.;- Pães - queijo, massa fina e massa	Evento para 30 pessoas	20	36	30	24	22	132



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº.051/2025

PREGÃO PRESENCIAL nº.
04/2025

	grossa, pizza;- Salgadinho frito (mínimo de três qualidades);- Bolo comum e mesclado, - Banana (comprida) frita.							
9	Especificação:- Água mineral, refrigerantes - coca-cola e guaraná (normal);- Sucos naturais (mínimo dois sabores). Sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, abacaxi com hortelã etc.;- Pães - queijo, massa fina e massa grossa, pizza;- Salgadinho frito (mínimo de três qualidades);- Bolo comum e mesclado, - Banana (comprida) frita.	Evento para 50 pessoas	20	10	30	24	17	101

JORDÃO - AC
28 de Abril de 1992



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº.051/2025
PREGÃO PRESENCIAL nº.
04/2025

6.5. Considerando o histórico de consumo e a necessidade de garantir **continuidade dos serviços**, foi acrescida uma **margem de segurança de 20%** sobre as quantidades originalmente estimadas, a fim de **evitar desabastecimento e permitir tempo hábil para a realização de nova licitação** antes do término da vigência da ata.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMEMÓRIAS DE CÁLCULOS E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE (obrigatório – art. 18, §1º, inc. VI)

7.1. O preço estimado inicialmente tem por objetivo servir de parâmetro para a análise de custo-benefício da contratação.

7.2. As **memórias de cálculo** foram elaboradas multiplicando-se as quantidades totais estimadas de cada item (definidas na tabela do item 6.4 deste ETP) pelos respectivos preços unitários registrados em ATA DE REGISTRO DE PREÇO, tomando-se como referência o **último processo de contratação realizado em 2023, PREGÃO PRESENCIAL 07/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO 035/2023**, resultando no **valor total estimado da contratação**.

7.3. Segue abaixo, o levantamento do valor a ser contratado:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	CAFÉ-DA-MANHÃ: Especificação: Café, leite, Nescau, manteiga, torradas, dois tipos de pães (massa grossa e massa fina), banana frita, tapioca, pão de milho (acompanhado: ovo mexido e cheiro verde) e suco natural.	Por pessoa	4.944	12,00	59.328,00
2	REFEIÇÃO TIPO QUENTINHA COMERCIAL: Especificação: fornecida em embalagem individualizada, contendo: arroz; feijão ou feijoada; salada ou refogados de legumes e/ou outras guarnições; um tipo de carne, podendo ser: bovina, suína, ave ou peixe, com peso médio não inferior a 750g.	Por pessoa	7.608	23,00	174.984,00
3	Serviço de refeição pronta, incluindo aquisição de insumos e preparo de SOPA DE CARNE OU FRANGO com 500g/cada. A sopa deve conter Cenoura, Batata Inglesa, Cebola Branca, Alho, Coentro, Sal refinado, Arroz branco, Carne ou Frango, Pimenta do Reino em pó, Feijão. Deve ser fornecida em embalagem adequada de isopor com tampa (500ml).	Por pessoa	2.460	15,00	36.900,00
COFFEE BREAK – MATUTINO					
4	Especificação:- Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente);- Leite, - Achocolatado quente;- Água mineral;- Suco de frutas - sabores variados (mínimo de dois) - sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco	Evento para 20 pessoas	113	160,00	18.080,00



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº.051/2025

PREGÃO PRESENCIAL nº.
04/2025

	verde, mamão c/ laranja, etc.;- Biscoito salgado (integral/outras), doce (maisena, leite/outras), torradas; - Pães (massa fina e massa grossa), de forma (normal e integral) de queijo; - Pão de milho; - Tapioca;- Bolos de trigo, mandioca, mesclado de chocolate, milho, etc.; - Sanduíches – sugestões: misto quente, natural, de metro; - Frios - queijos (mussarela, prato) e presunto;- Manteiga, margarina; - Banana (comprida) frita (com açúcar e canela);- Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso (mínimo de três) - sugestões: melão, uvas, mamão, pêra, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc.				
5	Especificação:- Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente);- Leite, - Achocolatado quente;- Água mineral;- Suco de frutas - sabores variados (mínimo de dois) - sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, mamão c/ laranja, etc.;- Biscoito salgado (integral/outras), doce (maisena, leite/outras), torradas; - Pães (massa fina e massa grossa), de forma (normal e integral) de queijo; - Pão de milho; - Tapioca;- Bolos de trigo, mandioca, mesclado de chocolate, milho, etc.; - Sanduíches – sugestões: misto quente, natural, de metro; - Frios - queijos (mussarela, prato) e presunto;- Manteiga, margarina; - Banana (comprida) frita (com açúcar e canela);- Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso (mínimo de três) - sugestões: melão, uvas, mamão, pêra, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc.	Evento para 30 pessoas	132	240,00	31.680,00
6	Especificação:- Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente);- Leite, - Achocolatado quente;- Água mineral;- Suco de frutas - sabores variados (mínimo de dois) - sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, mamão c/ laranja, etc.;- Biscoito salgado (integral/outras), doce (maisena, leite/outras), torradas; - Pães (massa fina e massa grossa), de forma (normal e integral) de queijo; - Pão de milho; - Tapioca;- Bolos de trigo, mandioca, mesclado de chocolate, milho, etc.; - Sanduíches – sugestões: misto quente, natural, de metro; - Frios - queijos (mussarela, prato) e presunto;- Manteiga, margarina; - Banana (comprida) frita (com açúcar e canela);- Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso (mínimo de três) - sugestões: melão, uvas, mamão, pêra, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc.	Evento para 50 pessoas	101	400,00	40.400,00
COFFEE BREAK - VESPERTINO					



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº.051/2025

PREGÃO PRESENCIAL nº.
04/2025

7	Especificação:- Água mineral, refrigerantes - coca-cola e guaraná (normal);- Sucos naturais (mínimo dois sabores). Sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, abacaxi com hortelã etc.;- Pães - queijo, massa fina e massa grossa, pizza;- Salgadinho frito (mínimo de três qualidades);- Bolo comum e mesclado, - Banana (comprida) frita.	Evento para 20 pessoas	113	160,00	18.080,00
8	Especificação:- Água mineral, refrigerantes - coca-cola e guaraná (normal);- Sucos naturais (mínimo dois sabores). Sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, abacaxi com hortelã etc.;- Pães - queijo, massa fina e massa grossa, pizza;- Salgadinho frito (mínimo de três qualidades);- Bolo comum e mesclado, - Banana (comprida) frita.	Evento para 30 pessoas	132	240,00	31.680,00
9	Especificação:- Água mineral, refrigerantes - coca-cola e guaraná (normal);- Sucos naturais (mínimo dois sabores). Sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, abacaxi com hortelã etc.;- Pães - queijo, massa fina e massa grossa, pizza;- Salgadinho frito (mínimo de três qualidades);- Bolo comum e mesclado, - Banana (comprida) frita.	Evento para 50 pessoas	101	400,00	40.400,00

7.4. Logo, o valor estimado para a contratação é no valor de **R\$ 451.532,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e trinta e dois reais).**

7.5. Para a contratação será realizada uma nova pesquisa de acordo com os termos do art. 23 da Lei nº. 14.133/21.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório - art. 18, §1º, inc. VIII)

8.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do Art. 40º da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

8.2. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, a comprovação técnica e economicamente viável, com o intuito de propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL:

9.1. A presente contratação visa garantir o **atendimento adequado e contínuo** das demandas alimentares decorrentes das atividades institucionais promovidas pelas Secretarias Municipais de Jordão, assegurando condições logísticas e operacionais compatíveis com a execução de eventos, capacitações, reuniões e ações oficiais.



9.2. **Em termos de efetividade, espera-se:**

- 9.2.1. A melhoria da qualidade dos serviços prestados, com alimentos preparados e servidos em conformidade com os padrões de higiene e segurança alimentar exigidos pela ANVISA;
- 9.2.2. A agilidade e eficiência no atendimento às solicitações das secretarias, com entregas pontuais e dentro das especificações estabelecidas;
- 9.2.3. A redução de falhas operacionais, desperdícios e retrabalhos, mediante planejamento de quantidades e controle de consumo;
- 9.2.4. O fortalecimento da imagem institucional da Administração Municipal, por meio da oferta de alimentação adequada e de qualidade em eventos e capacitações.

9.3. **Quanto ao desenvolvimento nacional sustentável, a contratação contribuirá para:**

- 9.3.1. A valorização da economia local e regional, ao priorizar fornecedores do próprio município ou entorno, incentivando a geração de renda e empregos diretos e indiretos;
- 9.3.2. O uso racional de recursos naturais, mediante a adoção de práticas sustentáveis, como utilização de copos e utensílios biodegradáveis ou reutilizáveis;
- 9.3.3. A redução de resíduos sólidos e incentivo à destinação ambientalmente adequada dos materiais utilizados;
- 9.3.4. A promoção de responsabilidade social, ao fomentar o consumo consciente e a aquisição de produtos provenientes de fornecedores que adotem práticas éticas e sustentáveis.

9.4. Com isso, espera-se alcançar **eficiência administrativa, sustentabilidade e responsabilidade social**, alinhando a execução contratual aos princípios da **gestão pública moderna e sustentável**.

10. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS.**

- 10.1. A priori, nenhuma alteração/adequação do ambiente da Secretaria Municipal da Prefeitura Municipal de Jordão será necessária para o atendimento desta demanda.

11. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO:**

11.1. A execução do contrato poderá gerar **impactos ambientais diretos e indiretos**, especialmente relacionados à **geração de resíduos sólidos, consumo de energia e utilização de embalagens descartáveis** durante a preparação, transporte e distribuição dos alimentos.

11.2. Com o objetivo de minimizar tais impactos, a Administração Municipal e a empresa contratada deverão adotar medidas de prevenção, mitigação e compensação ambiental, conforme descrito a seguir:

11.3. **Impactos Potenciais Identificados**

- 11.3.1. Geração de resíduos sólidos (embalagens plásticas, copos, guardanapos e restos alimentares);
- 11.3.2. Consumo de energia e água no preparo dos alimentos;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº.051/2025

PREGÃO PRESENCIAL nº.
04/2025

- 11.3.3. Emissão de gases decorrentes do transporte dos produtos;
- 11.3.4. Possibilidade de descarte inadequado de sobras ou embalagens;
- 11.3.5. Uso de materiais não recicláveis ou de difícil decomposição.
- 11.4. **Medidas de Tratamento e Mitigação**
 - 11.4.1. Utilizar **copos, pratos e talheres biodegradáveis, recicláveis ou reutilizáveis**, priorizando a redução do uso de plásticos descartáveis;
 - 11.4.2. Promover o **planejamento de quantidades**, a fim de evitar desperdício de alimentos e sobras excessivas;
 - 11.4.3. Implementar **procedimentos de separação e destinação adequada dos resíduos**, priorizando a coleta seletiva e o envio de materiais recicláveis a cooperativas locais;
 - 11.4.4. Estimular o uso de **embalagens produzidas com material reciclado** ou de **fontes renováveis**;
 - 11.4.5. Orientar a equipe de execução quanto a **boas práticas ambientais e consumo consciente de recursos**;
 - 11.4.6. Priorizar o **fornecimento de produtos locais**, reduzindo deslocamentos e emissões de CO₂ com transporte.
- 11.5. **Resultados Esperados**
 - 11.5.1. Com a adoção dessas medidas, espera-se a redução significativa dos resíduos gerados, a mitigação de impactos sobre o meio ambiente e o fortalecimento de uma cultura institucional de sustentabilidade nas contratações públicas municipais.

12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório – art. 18, §1º, inc. XIII).

- 12.1. Diante das informações apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a **contratação de empresa especializada para o fornecimento e distribuição de alimentos**, compreendendo **café da manhã, refeição tipo quentinha comercial e coffee break (matutino e vespertino)**, mostra-se **adequada, necessária e viável** para o atendimento das demandas das **Secretarias Municipais de Jordão**.
- 12.2. A análise das **demandas históricas**, associada ao **levantamento de mercado** e à **verificação das Atas de Registro de Preços nº 003/2023, 004/2023, 005/2023 e nº 006/2023**, demonstrou a existência de **oferta suficiente de fornecedores capacitados**, com preços compatíveis e condições técnicas favoráveis à execução do objeto.
- 12.3. A solução proposta assegura:
 - 12.3.1. **o atendimento contínuo e eficiente das atividades institucionais**;
 - 12.3.2. **a observância das normas de segurança alimentar e das boas práticas de manipulação de alimentos**;
 - 12.3.3. **o cumprimento dos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade**;
 - 12.3.4. **a redução de riscos de desabastecimento, mediante a previsão de margem de segurança de 20% nas quantidades estimadas**;
 - 12.3.5. **a possibilidade de planejamento prévio para futuras contratações, garantindo a continuidade do serviço público**;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº.051/2025
PREGÃO PRESENCIAL nº.
04/2025

12.4. Portanto, a contratação proposta é **tecnicamente adequada, economicamente justificável e ambientalmente responsável**, atendendo de forma satisfatória à necessidade pública identificada e aos objetivos administrativos das Secretarias Municipais de Jordão.

Jordão – acre, 10 de outubro de 2025.

Elaborado por:



Documento assinado digitalmente

CLEICINALDO SARAIVA DA SILVA

Data: 10/10/2025 13:26:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CLEICINALDO SARAIVA DA SILVA
Diretor de Estudo Técnico Preliminar
PORTARIA Nº 0622/2025





ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025

O Município de Jordão, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 84.306.497/0001-60, com sede a Rua Av. Francisco Dias, S/N - Centro, Jordão-Ac, representado neste ato pelo Sr. Francisco Naudino Ribeiro Souza, Prefeito Municipal, portador da cédula de identidade nº XXXXXXXX SSP/AC e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, especificados nos itens de 1 a XXXXX do Termo de Referência, Anexo I do edital de Licitação nº xx/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:

CNPJ/MF:

Endereço:

Tel.:

Representante:

Email.:

Item	Especificação	Unidade	Quant	Valor Unit R\$	Valor R\$	Total



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será o(nome do órgão).

Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação em sítio eletrônico oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Sítio oficial, e quando for o caso, no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos interessados.

Jordão/AC, xxx de xxxxxxxxxxxx de 2025.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO IV

ENCARTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 004/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2025

ENCARTE I

Relação do (os) fornecedor (es) / Preços Registrados por ocasião do Pregão Presencial
para Registro de Preços Nº ____

FORNECEDOR, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº._____,
sediada na _____, nº._____, Bairro_____, CEP nº. _____, telefone:
(____)_____, neste ato representado pelo(a) senhor(a)_____.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTD.	VALOR UNIT. ADJUDICADO R\$	VALOR TOTAL(R\$)
1.						
2.						
3.						
VALOR TOTAL (R\$)						



ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

NOME COMPLETO DO LICITANTE:

ENDEREÇO:

CNPJ:

EMAIL:

TELEFONE/FAX

REPRESENTANTE (s) /QUALIFICAÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	SEMAOI	SEMSA	SEMEC	SEMASDHC	QUANTIDADE GERAL	MAR CA	V. UNIT. (R\$)	V. TOTA L (R\$)
			REGIST.	REGIST.	REGIST.	REGIST.	REGIST.			
1										
2										
3										
4	LOTE – 1 COFFEE BREAK – MATUTINO									
	COFFEE BREAK - VESPERTINO									

A validade desta proposta é de ____ (_____) dias.

Declaro que presto garantia dos produtos pelo prazo indicado em cada item desta proposta, a partir do recebimento definitivo, prevalecendo a garantia do fabricante se esta for de maior prazo.

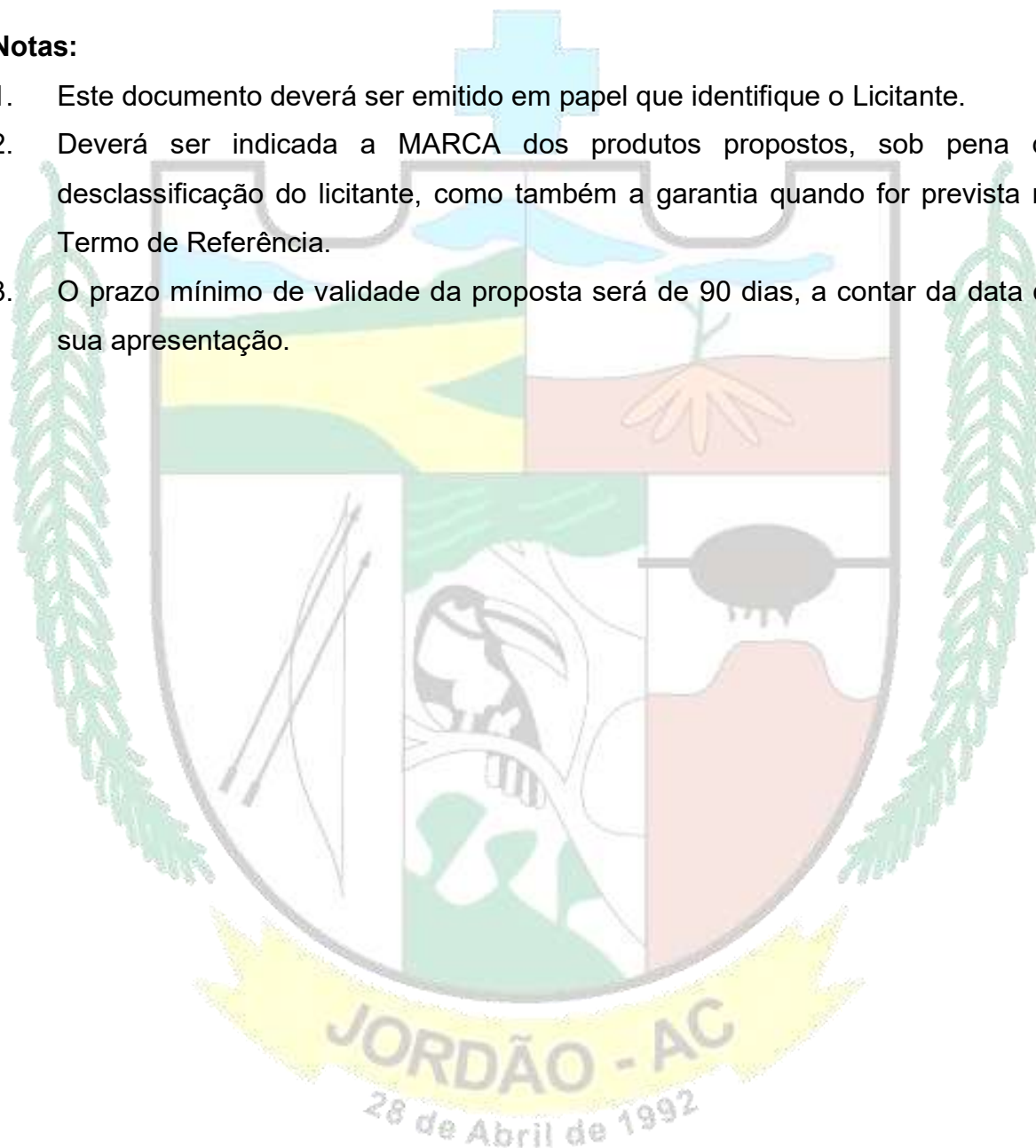


Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. Este documento deverá ser emitido em papel que identifique o Licitante.
2. Deverá ser indicada a MARCA dos produtos propostos, sob pena de desclassificação do licitante, como também a garantia quando for prevista no Termo de Referência.
3. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias, a contar da data de sua apresentação.





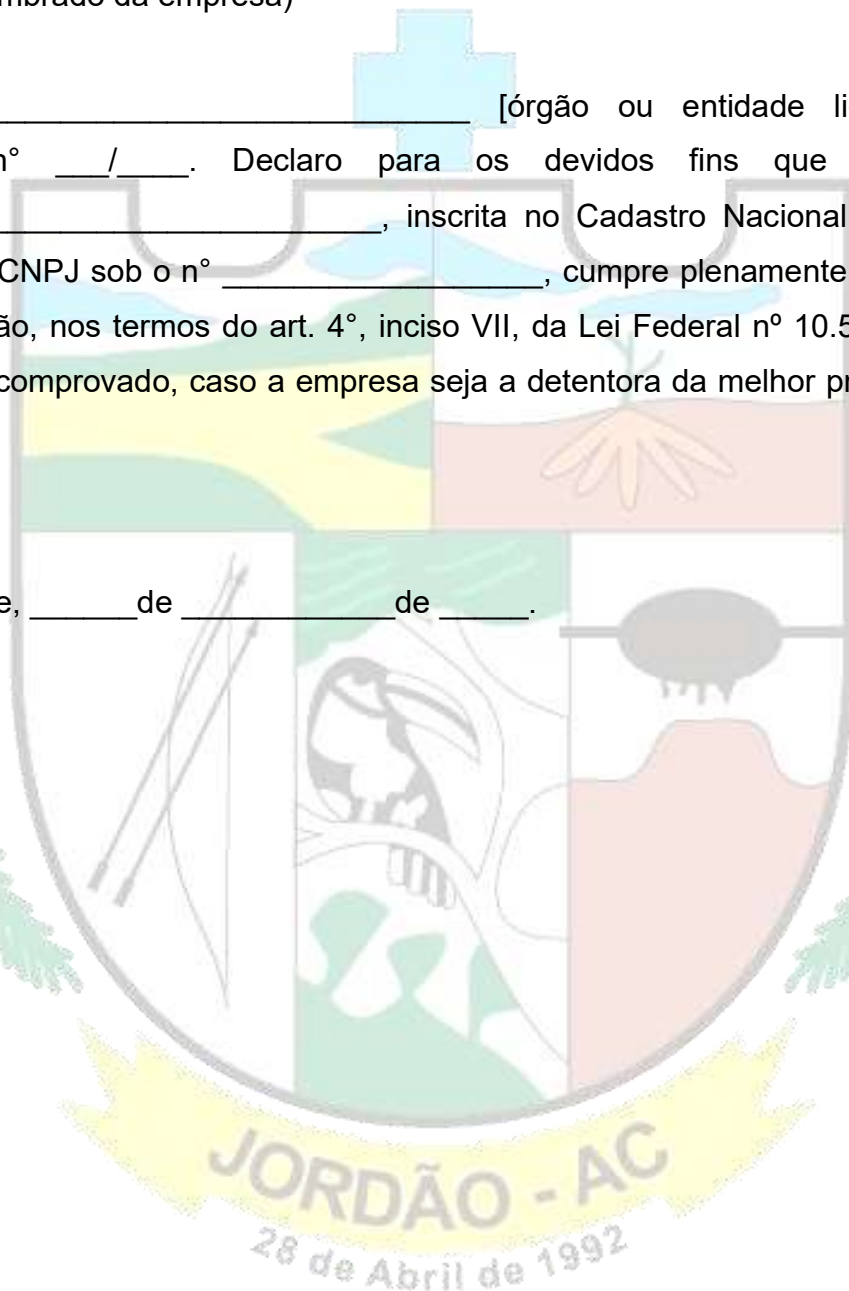
ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO EDITAL

(em papel timbrado da empresa)

_____[órgão ou entidade licitante] Ref.
Licitação nº ____/____. Declaro para os devidos fins que a empresa
_____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas
Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, cumpre plenamente os requisitos
de habilitação, nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/02, o que
poderá ser comprovado, caso a empresa seja a detentora da melhor proposta neste
Pregão.

Jordão- Acre, ____ de ____ de ____.





ANEXO VII

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A
empresa _____,
CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal ou
credenciado Sr(a). _____, RG
nº _____, CPF nº. _____, DECLARA, sob as
penas do artigo 299 do Código Penal, que esta empresa, que na presente data, nos termos
da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, não está impedida nos incisos
previstos do § 4º do Art. 3º e que está apta para receber o tratamento favorecido estabelecido
nos artigos 42 a 49 da citada lei, porque na data da abertura da licitação é considerada:

(_____) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei
Complementar nº. 123, de 14/12/2006;

(_____) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da
Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações posteriores.

Local e Data _____ de _____ de 2025.

ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTA LEGAL

OBS.:

- 1) Assinalar com um "X" a condição da empresa.
- 2) Esta declaração será entregue ao Pregoeiro, por ocasião do credenciamento, pelas empresas que pretendam se beneficiar desta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006.



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2025

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o n, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que, até a presente data, **inexistem quaisquer fatos impeditivos para sua habilitação**, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data, _____/_____/_____.

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura Carimbo do CNPJ

JORDÃO - AC
28 de Abril de 1992



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), para fins do disposto no item [completar] do Edital [COMPLETAR COM IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL], declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a. A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b. A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- d. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- f. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2025

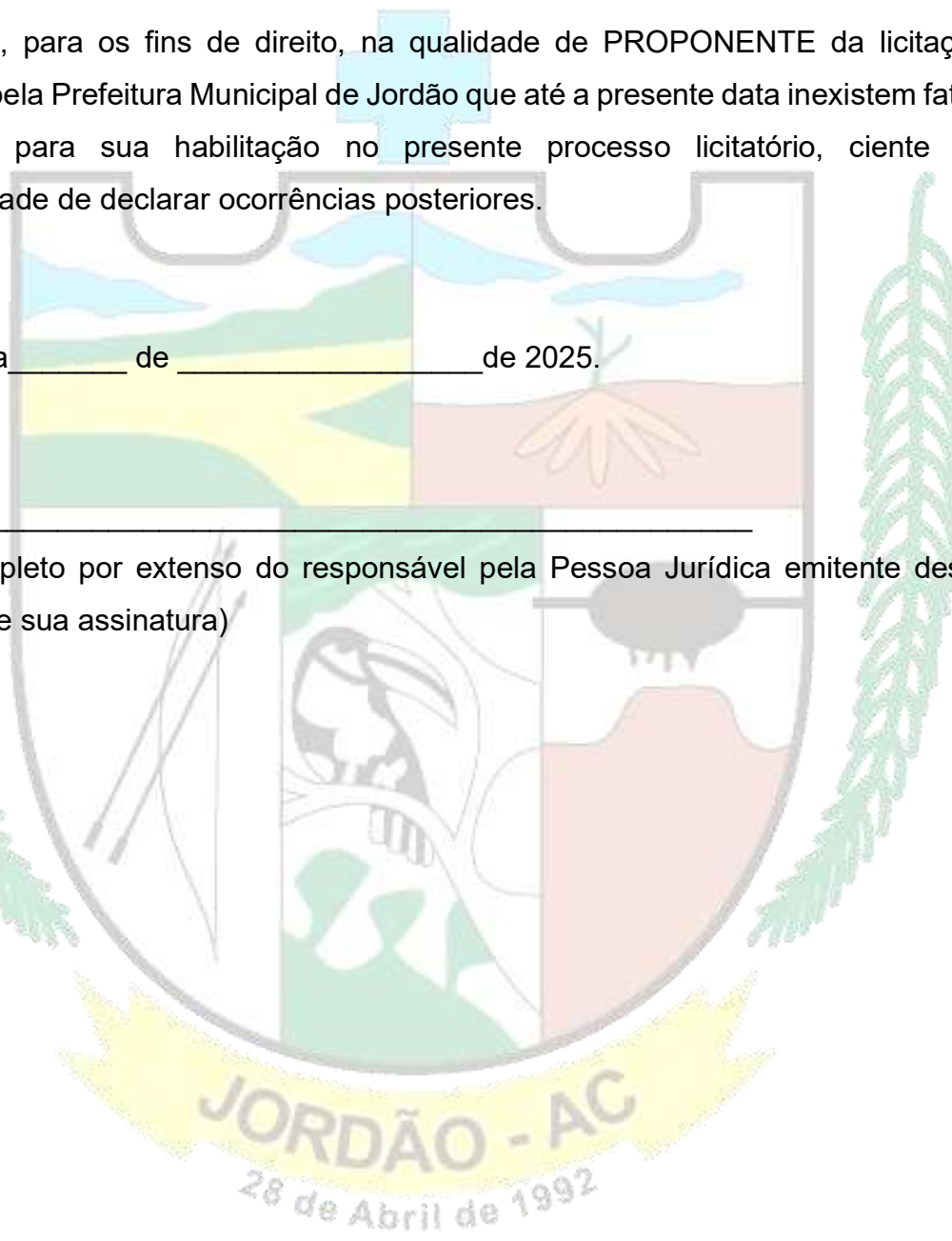


ANEXO X
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Jordão que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data _____ de _____ de 2025.

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica emitente desta declaração e sua assinatura)





ANEXO XI

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/2025**

TERMO DE CONTRATO
ADMINISTRATIVO, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL
DE JORDÃO** E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CNPJ:
XXXXXXXXXXXXX, na forma abaixo:

A **Prefeitura Municipal de Jordão**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 84.306.497/0001-60, com sede a Rua av. Francisco Dias, S/N - Centro, no município de Jordão-Ac, representado neste ato pelo Sr. Francisco Naudino Ribeiro Souza, Prefeito Municipal, portador da C.I. nº XXXXXXXXXX SSP/AC e CPF nº XXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita pelo CNPJ/MF **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com endereço XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Centro, no município de XXXXXXXXXXXX, estado do XXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Presencial SRP n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas..

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento e distribuição de alimentos, compreendendo café da manhã, refeição tipo quentinha comercial e coffe break (matutino e vespertino), destinados a atender às secretárias municipais de Jordão**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

em	Descrição	Unid.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1					
2					
3					

São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência e ETP que embasou a contratação;

A Proposta do Contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.



CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

O prazo de vigência da contratação é de 12 [doze] meses contados do contrato, prorrogável na forma do artigo 105 da Lei nº. 14.133, de 2021.

O contrato poderá ser prorrogado nos termos da Lei Federal 14.133/2021, desde que este ainda seja vantajoso à administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

PREÇO

O valor total da contratação é de R\$.xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (.....)

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

FORMA DE PAGAMENTO

Será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até **10 [dez] dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IPCA, de correção monetária, o que for mais vantajoso para a Administração.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme datado, devidamente acostado aos autos.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, dos índices IGP-M ou IPCA, mediante casos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme Artigo 25, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

As obrigações da contratante são aquelas contidas no Termo de Referência, anexo a este instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

As obrigações da contratada são aquelas contidas no Termo de Referência, anexo a este instrumento.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) Multa:

- (1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

(a) O atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de



coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral desta municipalidade, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 051/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP
nº. 004/2025

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO (art. 92, §1º)

É eleito o Foro da Comarca de Jordão, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Jordão/Ac, xx de xxxxxxxx de 2025.

Francisco Naudino Ribeiro Souza
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
Contratado

TESTEMUNHAS:

1- _____ - CPF: _____

2- _____ - CPF: _____